

VOZ OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 115 - SETEMBRO DE 1974 - Cr\$ 1,00

BASTA DE TORTURAS E ASSASSINATOS!

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO denuncia ao povo e à opinião pública internacional os séculos recentes crimes da ditadura fascista que oprime a Nação:

1. Foram sequestrados, nos meses de março e abril, os camaradas **DAVI CAPISTRANO**, ex-combatente das Brigadas Internacionais na Espanha e da Resistência Francesa e ex-constituente estadual de Pernambuco; **VALTER RIBEIRO**, oficial afastado do Exército por lutar pela paz, na década de 50; **JOÃO MASSENA MELO**, dirigente operário e ex-deputado estadual na Guanabara; **LUIZ MARANHÃO FILHO**, professor universitário, jornalista e ex-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; e **JOSE ROMAN**, comerciante.

2. Segundo denúncias do MDB e de autoridades eclesásticas, também foram sequestrados, por agentes policiais-militares **PALLO WRIGLI**, **HUMBERTO CAMARÁ NETO** e **HONESTINO GUIMARÃES**, presos em fins do ano passado; **FERNANDO SANTA CRUZ OLIVEIRA**, **EDUARDO COLLIER NETO**, **IEDA SANJOS DEAGADO**, **TOMAZ MEIRELES NETO**, **WILSON SILVA**, **ANA RUSA SILVA** e **NORMA SA PEREIRA**, presos em março e abril. Foram sequestrados em Buenos Aires e trazidos para o Brasil **JOAQUIM PIRES CERVEIRA** e **JOÃO BATISTA PEREIRO**. Essa é uma lista incompleta, porque é difícil apurar todas as violências cometidas pela ditadura, nos vários pontos do país.

3. Apesar dos protestos de parlamentares do MDB e de autoridades da Igreja de dezenas de pedidos de habeas corpus, das gestões da Ordem dos Advogados e de eminentes juristas, nenhuma informação sobre esses 17 brasileiros é prestada pelos órgãos oficiais, que se limitam a, clinicamente, desmentir sua prisão. Esses patriotas não são os primeiros a ser sequestrados pela ditadura. A conduta dos agentes do regime fascista tem sido de, após torturarem os sequestrados, assassiná-los friamente.

4. Prosseguem as torturas de opositores do regime, em quartéis militares

e da polícia. Para quebrar a resistência de presos políticos, seus familiares são torturados em sua presença.

5. Desde a posse de Geisel, centenas de pessoas foram presas e seviciadas (operários, estudantes, camponeses, intelectuais, etc.), simplesmente por protestarem contra a carência e os salários de fome ou exigirem o restabelecimento das liberdades democráticas.

6. Agentes do Serviço Nacional de Informações iniciaram uma vasta operação de sequestro de exilados brasileiros, em vários países, para trazê-los vivos ou mortos, em ações a favor da soberania de outras nações, como aconteceu na Argentina.



RESPONSABILIZAMOS por esses crimes o **general Ernesto Geisel** e seus auxiliares diretos: os ministros das pastas militares; o ministro da Justiça, **Armando Falcão**; o chefe do Serviço Nacional de Informações, **general Batista Eugênio**; o secretário do Conselho Nacional de Segurança, **general Hugo de Abreu**; o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, **general Humberto de Melo**; o chefe da Polícia Federal, **coronel Moacir Coelho**, e o braço direito de Geisel, o **general Golbery do Couto e Silva**. Para tentar esconder de nosso povo esses bárbaros crimes, o regime fascista proíbe a divulgação, na imprensa, rádio e televisão, de qualquer referência, mesmo indireta, a tais fatos.

CONVOCAMOS o povo brasileiro para que manifeste, pelas mais diversas formas, sua frontal condenação a esses crimes e para que reclame a imediata suspensão das torturas e dos sequestros.

APELAMOS à opinião pública internacional, aos governos dos países democráticos, aos partidos comunistas irmãos e às organizações sindicais para que façam chegar às autoridades brasileiras a exigência da cessação dessas monstruosas violações dos direitos elementares da pessoa humana.

Agosto de 1974

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

ONDE SE LÊ	LEI - SE
EDUARDO COLLIER NETO	EDUARDO COLLIER FILHO

Fazer Vitorioso o VII Mês Nacional De Finanças

No próximo mês será realizada a grande campanha anual de finanças, promoção lançada pelo Comitê Central do Partido em 1968, e hoje aceita com entusiasmo por todas as organizações partidárias.

Diante do crescimento do terror fascista, voltado principalmente contra o nosso Partido, o VII Mês Nacional de Finanças aumentou de importância e significado. É por meio dele que o Partido obterá os recursos financeiros indispensáveis para enfrentar o regime fascista. E não só isso: para ampliar a nossa atividade revolucionária, voltada para o esclarecimento, a mobilização e a organização das grandes massas de nosso povo, em defesa de suas reivindicações elementares e pela democracia, a libertação nacional e o progresso social.

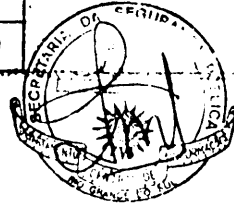
Por isso, os comunistas devem se lançar com a maior combatividade no cumprimento das tarefas do VII MÊS NACIONAL DE FINANÇAS, levando aos democratas e patriotas o nosso apelo para que, em outubro, mesmo numa hora em que as dificuldades econômicas são visíveis em cada família, forneçam substanciais recursos financeiros ao Partido.

Trabalhadores se Mobilizam contra Arrocho da Ditadura

(Página Central)

ATENÇÃO:

O original deste documento, com 04 folhas(s), foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.



CHILE: A LUTA HERÓICA DE UM POVO

Diá 14 de setembro, uma cinzenta terra-ferra, registrou-se a mais selvagem e monstruosa destruição de pessoas e conquistas sociais que, com duro esforço, tentavam levantar no sul da América do Sul, a primeira sociedade socialista. A população havia saído às ruas, como sempre, em direção às escolas e lugares de trabalho. Quando as rádios começaram a anunciar o bombardeio que o assassino Pinochet — até a véspera amigo pessoal da família do Allende e recebedor de sua confiança — lançava sobre o Palácio de Governo e contra a casa da família do Presidente Allende, já as bombas dirigiam-se sobre as emissoras da Unidade Popular. A voz popular havia sido calada e substituída pelos lacaios da CIA que levaram a morte de surpresa como única maneira de extinguir a resistência de um governo que lutou até o fim para impedir o derramamento do sangue de um povo que cada vez mais se solidarizava com os partidos de esquerda na construção de uma pátria socialista.

Não houve diálogo, houve bombas lançadas de aviões provocando incêndios, balas por sobre a cabeça de uma população psíquica e despreparada para enfrentar o terrível golpe fascista que uma minoria detentora do poder econômico preparou com a subversão e o treinamento vindos da famosa CIA. A ação desta sinistra entidade havia sido, mais uma vez, desmascarada em Assembléia da ONU por um chefe de Estado — o herói socialista Salvador Allende. O mundo inteiro pôde comprovar o papel destruidor representado pela ITT servindo como instrumento da CIA desde a vitória de Allende em 1970 quando foi eleito pelo povo. Não só a esquerda tomou consciência desta agressão, mas todos os países representados na ONU e até mesmo a justiça norteamericana onde foi registrado um processo de denúncia contra a interferência daquela empresa na vida de uma nação independente — o Chile.

MOMENTOS DE PAVOR — Durante toda a manhã a população correu espavorida pelas ruas em busca de seus filhos nas escolas, de seus parentes mortos pelas balas fascistas, tentando ainda levar a sua solidariedade a aqueles que defendiam universidades, hospitais e fábricas em uma atitude desesperada para salvar os pontos de apoio da sociedade que nascia. Nas rádios e televisões sucediam-se os boletins militares ordenando a população que permanecesse em suas casas sem sequer assomar às janelas ou ao jardim da frente, sob a ameaça do fuzilamento sumário. De dentro das casas ouvia-se o pipocar das metralhadoras silenciando os retardatários.

DESOBEDIÊNCIA APESAR DO MEDO — No meio desta tarde, quando todos esperavam alguma notícia sobre a situação do líder máximo do país sem que os fascistas tivessem coragem ainda de transmitir sua mal elaborada versão do suicídio um dos boletins determinou a todos o içamento da bandeira nacional em suas casas como sinal de apoio à Junta Militar que se autodenominou governo. Estávamos nos dias que antecedem à semana da Pátria chilena, quando por tradição o povo ergue sua bandeira à frente das casas. Em seguida a determinação oficial, podia-se observar a retirada daquele símbolo que acabava de ser desrespeitado da maneira mais vil. Em todo o país podiam ser vistas bandeiras nas janelas das casas de fascistas e de neo-



Presidente Salvador Allende falando ao povo

vardados apenas. Foram inúmeros os casos de antigos militantes do partidos do direita, principalmente democrata-cristãos, que rasgaram seus carnês enojados com os atos dos assassinos que se serviram de sua incompreensão política para instaurar o terror.

ALLENDE ASSASSINADO — Donos dos meios de comunicação os fascistas anunciavam a todo instante o fim da resistência, mas as bombas e o troar de canhões continuavam. No dia seguinte, dia 12, às duas horas da tarde foi anunciado o «suicídio» do Presidente. Sentiu-se o peso da tragédia e invadir todos os lares, até as crianças menores choravam desesperadamente como quando se viam sob os efeitos catastróficos de um grande terremoto. Não houve uma só pessoa digna que não sentisse a emoção de uma grande perda de uma perda histórica. Até mesmo aqueles que divergiam politicamente de Allende reconheceram que o Chile, a América, o mundo inteiro, perdiam na figura daquele homem um dos maiores defensores da autonomia nacional, da liberdade dos povos, da luta antifascista, da dignidade humana.

Depois de 48 horas em que a população foi obrigada a permanecer encerrada, foi estabelecido o «toque de recolher» das 6 horas da tarde às 6 da manhã, ficando permitido o acesso às ruas e ao trabalho, das 6 da manhã às 6 da tarde. A partir deste momento o horror tornou-se mais patente pelas constantes notícias daqueles que ao sair bem cedo encontravam os cadáveres de vizinhos ou trabalhadores que haviam se retardado para chegar em casa na véspera. A estas atrocidades somavam-se as torturas impostas aos prisioneiros políticos presenciadadas por um público mudo de terror. O romântico rio Mapocho que atravessa a cidade de Santiago foi transformado em vala comum onde eram atirados jovens e velhos com as mãos decepadas, com a garganta cortada por fortes arames, por vítimas inocentes de uma bestial arremetida fascista.

A atenção de todos estava voltada para o noticiário onde eram lidas as listas de pessoas presas ou procuradas pela polícia. Desencadeou-se o ódio aos estrangeiros, sumariamente catalogados como «terroristas» pela Junta. Aquilo que fala-

va com algum sotaque estrangeiro cuidava-se para não ser reconhecido nas ruas onde corria o risco de afrontas e sevícias. As crianças filhas de direitistas punham a agredir seus antigos amigos cujos pais pertenciam à Unidade Popular.

Aquele povo que até a véspera havia corrido com a feliz perspectiva da construção socialista, que havia participado exemplarmente do trabalho voluntário mantendo em funcionamento o comércio de gêneros alimentícios, e transporte coletivo, os serviços de carregamento de mercadorias nas estações do estrada de ferro e nos centros de abastecimento, os serviços de atendimento médico, quando todos estes setores se declararam em greve com o objetivo do parar o país, aquele povo digno e corajoso que tem o mais alto nível de politização da América Latina e que escreve sua história com os movimentos organizados da classe operária e do campesinato — não com a mesquinha fatuidade das divergências entre grupos de uma mesma burguesia, passou a ser ultrajado pela presença e pelos atos fascistas.

Poucos não tiveram suas casas invadidas pela polícia que, em atitude absolutamente contrária à já tradicional virtude latino-americana, ameaçavam com pelo menos 17 homens armados de metralhadoras, mulheres e crianças indefesas, vasculhando a casa e roubando tudo o que lhes parecia interessante além de inquirir sobre possíveis conhecidos ou vizinhos de esquerda.

A SOLIDARIEDADE MUNDIAL, se fez sentir pelas manifestações anti-fascistas que imediatamente foram organizadas em todos os países onde é possível a demonstração da dignidade e do respeito humano. A noite os chilenos escutavam comovidos pelas rádios dos países socialistas, as únicas notícias sobre o sofrimento que mundialmente se somava à sua dor. Através delas escutaram as solidárias palavras dos soviéticos, dos cubanos, e de todas as nações socialistas assim como do México, do Peru, da França, da Bélgica. Este apoio chegava com o bálsamo aqueles corações amargurados dando-lhes confiança no movimento internacio-

(Conclui na 5ª página)

EDITORIAL

ATIVAR A LUTA SALARIAL

A difícil luta dos trabalhadores contra a política do arrocho salarial começa a abrir novos e importantes caminhos. Pressionada pelo crescente descontentamento popular, a ditadura anunciou reajustes salariais de 24 por cento, a partir de julho, contra os 17 por cento que vinham sendo impostos.

Paralelamente, alegando o congestionamento da justiça trabalhista, o Ministro do Trabalho chamou os sindicatos a encaminhar suas reivindicações às delegacias do seu Ministério. Estas foram instruídas a promoverem acordos entre representantes de empregados e de empregadores, através de mesas redondas.

Em fins de julho, com o comércio interno apresentando acentuada queda nas vendas, porta-vozes da ditadura chegaram a admitir a possibilidade de os empresários concederem reajustes salariais acima dos 24 por cento, o que foi logo desmentido para evitar uma onda de assaltos à política de arrocho.

Essas variações no rígido esquema da política salarial significam que a di-

tadura não consegue mais esconder o fracasso de sua suposta política antiinflacionária. Os próprios dados oficiais indicam que, no primeiro semestre do ano, a taxa de inflação foi de 23,5 por cento, devendo chegar a 35 por cento, até o fim do ano.

Significa que os trabalhadores, cujos salários vinham sendo reajustados à base de 17 por cento, foram e continuam sendo obrigados a maiores sacrifícios. Seu poder de compra vem diminuindo, o que se reflete diretamente nas empresas que dependem do mercado interno. Daí a pressão, também de alguns desses empresários, para que a ditadura corrija sua política salarial, permitindo que chegue um pouco mais de dinheiro às mãos da massa consumidora.

Mas os reajustes salariais capazes de melhorar as condições de vida dos trabalhadores não virão por iniciativa da ditadura ou do empresário. Os aumentos terão de ser conquistados pelos próprios trabalhadores, através de lutas or-

ganizadas em seus locais de atividade e nos sindicatos.

Estamos em época de campanha eleitoral e os dados sobre a situação dos trabalhadores e o fracasso da política antiinflacionária da ditadura estão aí. Os preços continuam disparando, enquanto os salários perdem mais e mais seu poder de compra. A ditadura já anunciou admitir aumentos espontâneos.

O momento é mais oportuno para que cada categoria profissional inicie a luta por abonos de emergência ou revisão dos acordos salariais. As mesas redondas nas delegacias do Trabalho, com participação de massa, é uma das formas de luta a serem utilizadas nas atuais circunstâncias.

Intensificando as denúncias sobre a carestia e fazendo avançar a campanha por reajustes salariais imediatos, mesmo em meio aos acordos coletivos em vigor, os trabalhadores estarão também contribuindo para a derrota dos candidatos da ditadura nas eleições de novembro.

É nesse sentido que devem atuar os militantes sindicais de vanguarda. Isto é, procurando as formas de luta mais adequadas para a mobilização dos trabalhadores, nos locais de atividade e nos sindicatos. Isso visando a conquista de aumentos que, significando vitórias de movimento operário, terão também o sentido de contundentes golpes na política da ditadura.

O TRABALHO DE DIREÇÃO NO P.C.B.

A resolução do C. C. sobre o TRABALHO DE DIREÇÃO (V. O. n° 107, janeiro, 74) deve ser estudada e aplicada por todas as organizações partidárias em todo o território nacional. É evidente, que recomendamos o estudo e a aplicação dessa resolução, estritamente ligada à atividade prática e na ação política do Partido junto às massas, na luta:

— pela promoção de entendimentos e alianças políticas com as forças prejudicadas pelo regime, visando a unidade de ação em torno de uma plataforma comum;

— pela denúncia da dominação da economia nacional pelos monopólios imperialistas e dos atos entreguistas da ditadura;

— pela defesa das liberdades democráticas e os direitos humanos, denunciando o regime fascista imposto ao país, o terror policial, as prisões e torturas de trabalhadores e homens do povo, desenvolvendo o movimento de solidariedade;

— pela intensificação da atividade partidária no movimento sindical urbano e rural, desenvolvendo a luta de massas pela aplicação das resoluções sindicais, fundamentalmente, por aumento de salários e vencimentos e contra a carestia de vida, como também, pelas reivindicações das camadas médias.

Essas lutas podem ser desencadeadas e desenvolvidas, utilizando-se, entre outros meios, a campanha eleitoral e os movimentos organizados e espontâneos das massas de caráter operário, camponês, intelectual ou artístico e popular. O que é preciso é que a ação política seja encaminhada em torno de questões concretas, sentidas pela massa, objetivas (visivelmente realistas). E desenvolver a unidade de ação, com a amplitude necessária, objetivando a formação da frente patriótica contra o fascismo.

A aplicação da resolução do Comitê Central sobre o TRABALHO DE DIREÇÃO não só é decisiva para o desencadeamento dessas lutas e melhor dirigir a ação política, como é um

instrumento indispensável para fortalecer, construir e consolidar nosso Partido.

Uma das mudanças impostas por essa resolução é a transferência do ponto de apoio do trabalho da direção central dos órgãos auxiliares para as organizações intermediárias de nível estadual. Isso implica na melhor aplicação do centralismo democrático e na exigência de uma mais ampla iniciativa das Organizações Intermediárias em toda a estrutura partidária. Ela estabelece a unidade de planificação e de controle e contribui para estimular uma ação política, ideológica e orgânica com mais interação e intensidade em todas as organizações e órgãos de direção partidários.

Assim é necessário agora, que cada Comitê de nível estadual fortaleça suas organizações intermediárias de nível municipal e distrital e consolide ou construa suas organizações de base, fundamentalmente, nas grandes empresas industriais, de transporte e comunicações.

A experiência de nosso Partido tem revelado — que sem organizações intermediárias esparsas não se constroem com consistência as organizações de base — mas, também, sem organizações de base atuando nas empresas, nos bairros, nas ruas, nos conjuntos residenciais, nos edifícios e tavernas, não poderão haver organizações intermediárias, nem muito menos organizações capazes.

Isso mostra, que não é sem razão que os Estatutos de nosso Partido (Art. 18) definem a Organização de Base como o alicerce de toda a organização do Partido, o elo fundamental que o liga às massas e onde se concentra a atividade partidária principal.

Desse modo, a aplicação da resolução sobre o TRABALHO DE DIREÇÃO conduzirá o Partido a um processo autocrítico sem precedentes. E isso vai ser muito bom.

CHILE: A LUTA...

(Conclusão)

nal pela construção do mundo socialista. O PARTIDO COMUNISTA DO CHILE logo nos primeiros 15 dias depois do golpe, em substituição ao seu jornal *EL SIGLO* que foi tomado e destruído, passou a distribuir folhas mimeografadas com as principais notícias e palavras de ordem. Sua organização, política tendo sido a única a sobreviver tornou-se polo de atração para todos os militantes de esquerda que

não tinham como participar da formação de um movimento de resistência e de socorro vermelho às vítimas do fascismo. Desta forma foi possível chegar à população e ao exterior o manifesto do Comitê Central analisando a situação e traçando um caminho de recuperação das forças de esquerda e as palavras do Secretário Geral *Luz Corvalán* que foi preso na Ilha Dawson perto do Polo Sul.

EM TODO O MUNDO, hoje é enorme a solidariedade a este povo heróico que com sofrimento e trabalho introduziu o embrião revolucionário na América do Sul,

demonstrando a possibilidade de novos caminhos para a construção do socialismo. A perda de uma batalha não significa a derrota. A dor callena orientará os próximos passos dos que lutam sem esmorecer pela libertação dos povos. A figura inesquecível de Salvador Allende está nos corações de todos os comunistas como a chama imortal da luta revolucionária, um ano depois de sua morte da mesma forma que no dia do seu assassinato.



Trabalhadores se Mobilizam

Funcionalismo luta contra plano de fome

O IX Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado na Guanabara, constituiu uma vigorosa manifestação de mobilização dos funcionários civis da União, que através de 400 delegados, representando nada menos de 98 entidades, discutiram durante sete dias, de 16 a 22 de julho, as mais sentidas reivindicações da categoria profissional, entre elas a imediata aplicação do Plano de Classificação de Cargos. O Congresso — reafirmação da constância da luta do funcionalismo em defesa de seus interesses — assumiu um forte conteúdo de denúncia da política adotada pela ditadura em relação aos trabalhadores, ao proclamar em sua resolução final que é inaceitável a implantação gradual do Plano, «momento em face do incontrolável aumento do custo de vida, que atinge todas as classes e de modo mais violento os assalariados em geral».

Além de significar um importante passo do funcionalismo em suas campanhas para a conquista de suas aspirações gerais e reivindicações específicas dos diversos níveis e funções, o IX Congresso Nacional dos Servidores Públicos serviu também para mostrar como o Governo Federal está afastado das necessidades dos que se dedicam à função pública. Indiferente à sorte dos funcionários, cujo nível de vida baixa cada vez mais sob o efeito da política econômico-financeira da ditadura, o Governo Federal anunciava dias após o encerramento do Congresso que a implantação do Plano de Classificação só poderá ser efetuada em novembro, e assim mesmo com o pagamento de 70% do nível de vencimento definido para as categorias funcionais de cada grupo.

Até a nota oficial da Presidência da República, o Governo revelou também sua disposição de implantar um regime de conta-gotas para o pagamento

do restante, pois os outros 30% seriam concedidos à razão de 5% por trimestre ou quadrimestres, «em relação ao vencimento então percebido». Na prática, como é possível comprovar na ponta do lápis, a jogada do Governo representaria a procrastinação da aplicação integral do Plano por mais de dois anos, já que a taxa de aumento a cada trimestre — conforme demonstra o quadro — seria na realidade inferior aos 5% anuais pelo Governo para enganar o funcionalismo. O primeiro aumento após a implantação parcial do Plano na verdade de 3,5%. Os 30% restantes previstos nos «degraus sucessivos» da nota oficial do ditador Geisel, só seriam atingidos em novembro de 1978.

AS MENTIRAS DO GOVERNO

Mesmo com esse sistema de aumento a perder de vista, o Governo Federal não se considerou satisfeito e ameaçou o funcionalismo civil com demissões em massa. «É condição fundamental para a executividade desse esquema — diz a nota da Presidência da República — que se efetive uma redução de pelo menos 20 a 25% no total da lotação existente de cada ministério, a fim de tornar-se efetivo o critério de seletividade e sem o que financeiramente se inviabilizará a aplicação da forma referida». Sob o pretexto da «seletividade», portanto, o Governo tenta jogar na rua dezenas de milhares de servidores, e o faz através da adoção de uma verdadeira «lei da selva» no serviço público: os funcionários terão de torcer pela degola de seus companheiros, porque sem isso, como diz o jargão da ditadura, «financeiramente se inviabilizará a aplicação da forma referida».

Ao justificar o adiamento do aumento estabelecido pelo Plano, medida insuportável para mais de 700.000 famílias que estão passando privações na alimentação diária e que há muito já perderam

o seu status social, pelo aviltamento a que está submetida a remuneração do funcionalismo, alega o Governo que «a implantação com as lotações atuais, no esquema citado, significaria um aumento de dispêndios, só com o Plano, superior a Cr\$ 5 bilhões em 1975, inteiramente incompatível com as disponibilidades orçamentárias».

Na verdade, ao contrário do que apregoa o Governo, não há falta de recursos para a implantação do Plano. As burras oficiais estão abarrotadas de dinheiro, por força da política tributária em vigor, que estola o contribuinte de todas as formas e sob todos os títulos. O que impede o Governo de conceder o aumento logo é o conteúdo de classe do regime, que não foi instituído para favorecer os trabalhadores, os assalariados. O Governo dispõe de recursos, sim, mas para favorecer os grupos monopolistas, como ficou evidente na mesma época, em que a Presidência da República divulgava sua nota oficial, que aliás não mereceu um reparo sequer da grande imprensa, sempre a serviço do regime. Enquanto negava um mísero aumento de centenas de cruzeiros para os funcionários do nível 1, o Governo destinava trilhões de cruzeiros antigos para locupletar os grupos monopolistas da construção naval, que se sustentam com as generosas encomendas e largos financiamentos oficiais. Há dinheiro, sim, mas para aumentar a capacidade de repressão do regime, como ficou evidente, na mesma época, com a anunciada milionária compra de aviões militares no exterior.

Tanto era improcedente a alegação do Governo sobre a impossibilidade de implantar já e integralmente o Plano de Classificação que, dias depois, o próprio ditador Geisel baixava decreto estabelecendo «um sistema para completo levantamento de todas as despesas com o funcionalismo civil e militar», segundo informou o Jornal do Brasil de 18 de agosto passado. «Até hoje — dizia a nota — o Governo não sabe quanto gasta com pessoal, nem tem uma idéia mais ou menos precisa de quantos são seus servidores civis». Se é assim, como é que a Presidência da República, na nota oficial de dia 24 de julho, havia declarado que dispêndio com o Plano de Classificação seria de Cr\$ 5 bilhões? Se o Governo ignora quantos servidores possui, por que a nota da Presidência reclamava a demissão de 20 a 25%, pelo menos, da lotação dos ministérios?

SERVIDORES INSISTEM

Mesmo depois de anunciada a implantação parcial do Plano de Classificação para novembro, os servidores públicos não arriaram as suas bandeiras e luta e continuam a contestar os números mentirosos do Governo, que foi obrigado a divulgar sucessivas notas a tratar do problema diante da pressão do funcionalismo e, também, do impasse que sua política de aviltamento da função pública conduz a atividade de importantes setores da vida econômica do país. Como os dirigentes do Clube dos Dirigentes Lojistas disseram em princípios de julho ao Ministro da Fazenda da ditadura Mário Simonsen, a redução do poder ao

Petroleiros voltam ao combate

A repressão e o peleguismo fizeram das entidades sindicais dos trabalhadores no petróleo algumas das mais acomodadas. A demissão em massa, a prisão e a intervenção dos sindicatos desfigurou inteiramente a representatividade da categoria. Foi inclusive o que se viu no IX Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Petróleo, realizado no ano passado em Belo Horizonte. Para o X Encontro preparavam-se uma comédia semelhante, mas o agravamento das condições de vida dos trabalhadores foi mais forte que o esquema montado pela ditadura e seus pelegos.

O X Encontro, reunido de 27 de maio a 1ª de junho no Rio, ao contrário do que vinha ocorrendo anteriormente, levantou e discutiu os problemas da categoria. Ainda que se forma superficial e temerosa, desta vez falou-se na defesa da lei do monopólio estatal do petróleo, na reforma agrária e no capital estrangeiro. De nada adiantou a vigilância exercida pela Div. Divisão de Informações e Se-

gurança da Petrobrás, que exerce o controle policial das entidades do setor.

Mais ainda, o encontro aprovou uma série de 14 reivindicações específicas, sendo mais importantes as que tratam do abono de emergência de 15%, a partir de 1º de maio; de alterações na política de archo salarial; segurança nas refinarias contra incêndios e explosões; atualização do salário família e do auxílio para alimentação; manutenção dos serviços médicos nas unidades industriais; redução nos juros e taxas cobrados pela organização de seguridade social da Petrobrás; eleição dos diretores desta organização, a Petro, pelos trabalhadores.

Foram ainda encaminhadas denúncias de irregularidades à direção da Petrobrás e ao Ministério do Trabalho e criada uma comissão para cuidar da formação e posterior reconhecimento da Federação Nacional dos Sindicatos do Trabalho no Petróleo, antiga aspiração dos trabalhadores do setor até hoje abafada pela ditadura.

Contra Arrocho da Ditadura

07938

06

ativo dos trabalhadores, entre eles os funcionários civis, é uma das causas da retração das vendas do comércio, que atingiu níveis alarmantes no primeiro semestre deste ano.

Os servidores, porém, não limitam a luta. A implantação imediata do Plano de Classificação. Empenhados na dignificação da função pública, que o regime de 1964 só fez degradar, eles formulam uma série de reivindicações que assegurem o reconhecimento do Estado ao trabalho que desenvolvem nas repartições federais e autárquicas. Entre estas reivindicações, que o IX Congresso dos Servidores formulou de maneira clara e justa, destacam-se estas:

— revisão dos proventos dos inativos, que nos últimos anos têm sido vítimas de injustificável discriminação nas leis de aumento dos vencimentos do pessoal da União;

— aprovação de um Plano de Classificação de Cargos para os Estados e municípios que ainda não o implantaram, apesar de terem decorrido quatro anos da lei de diretrizes aprovada pela União;

— participação do funcionalismo na implantação do novo Plano de Classificação, através da indicação de representantes dos diversos grupos pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;

— elaboração de novo Estatuto do Funcionário Público Civil da União, do qual o atual, instituído pela Lei nº 11/52, foi superado pelas transformações sofridas pelo serviço público em mais de 20 anos;

— instituição do 13º salário para os servidores civis e militares;

— aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e de 25 anos para a

mulher e para categorias especiais, como os professores, os policiais civis e as telefonistas, em razão da natureza especial de suas atividades;

— incorporação aos proventos da aposentadoria das vantagens percebidas no serviço ativo, porque não é justo reduzir o padrão de vida do servidor depois de toda uma vida de trabalho;

— contagem recíproca do tempo de serviço público ou particular, porque é inconcebível que as contribuições recolhidas a um órgão da administração federal, como o INPS, não sejam consideradas na aposentadoria do servidor público;

— direito de sindicalização do servidor público, para que suas entidades possam prestar uma assistência mais completa a seus associados.

Apesar da repressão policial e da pressão exercida pela ditadura com o objetivo de impedir a mobilização dos trabalhadores e apesar da acomodação dos dirigentes sindicais apelegados, o descontentamento da classe operária e demais trabalhadores com a política de arrocho leva os mais diferentes setores a organizar encontros e congressos para apresentar suas reivindicações de classe.

Entre as reuniões realizadas recentemente, destacamos neste número da VOZ OPERÁRIA o IX Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, o X Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Petróleo, ambos na Guanabara, e o I Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado de Rio de Janeiro. Diferentes pela categoria profissional dos participantes, pelo âmbito da reunião e pelo próprio caráter das discussões e resoluções, os três se aproximam na medida em que revelam um aumento no grau de combatividade dos trabalhadores brasileiros.

Dirigentes Rurais

Pela primeira vez no Estado do Rio realizou-se de 24 a 27 de junho um encontro de advogados e dirigentes sindicais rurais, que contou com a presença de 36 representantes de 22 municípios fluminenses, sendo nove advogados, três delegados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, e cinco da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RJ, entidades que promoveram o encontro, e dezenove dirigentes sindicais do interior.

Durante quatro dias os advogados e dirigentes sindicais rurais deram um balanço na situação dos trabalhadores do campo e da atividade de suas entidades, discutindo e aprovando uma série de recomendações e resoluções destinadas a melhorar a organização e a luta dos camponeses. Por decisão dos participantes, a discussão foi centralizada na defesa jurídica dos trabalhadores e suas entidades, deixando para uma reunião posterior o exame das questões mais gerais.

Entre as resoluções e recomendações do encontro destacam-se as que visam a evitar o enquadramento dos trabalhadores, quando processados, na justiça sumariíssima, quase sempre concedida pelos juizes a serviço dos latifundiários; a necessidade de conscientizar os trabalhadores para exigir a comprovação de motivos sérios para a alegação de retomada das terras apresentada pelos proprietários; a convencer os posseiros a fazer benfeitorias que dificultem a sua remoção; e a se utilizar do usucapão; ao levantamento de certo número de propriedade em que são cometidas ilegalidades flagrantes; ao enquadramento do trabalhador do campo na categoria profissional de trabalhador rural para efeito de disputa trabalhista; à necessidade de comprovação da situação de trabalhador rural, evitando-se a burla dos latifundiários que registram seus trabalhadores como diaristas ou mensalistas; à consagração do salário mínimo rural, que continua sendo desrespeitado e ao respeito à legislação sobre seguro obrigatório contra acidentes de trabalho.

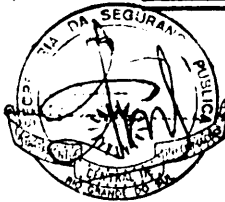
Na fórmula Geisel, Plano a conta-gotas

Pelo esquema anunciado em nota da Presidência da República de 24 de julho passado, a implantação do Plano de Classificação do funcionalismo seria feita em doses homeopáticas Assim:

Data	Índice	% sobre o Plano
Novembro de 1974	70%	70
Fevereiro de 1975	3,5	73,5
Maio	3,675	76,275
Agosto	3,81375	80,08875
Novembro	4,0044375	84,0931875
Fevereiro de 1976	4,204659375	88,297846875
Maio	4,41489234375	92,71273921875
Agosto	4,6356369609375	97,3483761796875
Novembro	2,6516238203125	100

«CADA membro do Partido, além de pagar sua contribuição, tem o dever de construir em torno de si um grupo de simpatizantes contribuintes, aos quais cobra regularmente, e realizar as tarefas de finanças de massas a seu cargo».

(Do Regulamento de Finanças do Partido).



O Significado da Queda de Nixon

Os Estados Unidos têm um novo Presidente, Gerald Ford, depois de uma longa batalha travada pela imprensa liberal, pela Justiça e por parlamentares contrariados com o comportamento do Presidente Richard Nixon no chamado escândalo da Watergate — a invasão da sede do Partido Democrata, em Washington, às vésperas das eleições presidenciais de 1972 — e das posteriores denúncias que vieram à tona sobre o comprometimento dos assessores diretos da Casa Branca com a violação sistemática dos direitos individuais consagrados pela Constituição do país.

O escândalo de Watergate, do modo como foi enfocada a conduta pelo "Je-mais" e da forma pela qual Nixon encaráou seus privilégios diante da imprensa nacional, transformou-se em certo sentido em uma batalha democrática. A essa conexão ajudou também a figura do Presidente, seu passado macartista e as figuras sinistras de que se cercou: aliados cubanos, veteranos da guerra conhecidos pelas suas posições filo-fascistas e vigaristas como os milionários Vesco e Rebozo, este uma personalidade que torpedeou todas as tentativas para levar Nixon a mudar sua política em relação a Cuba, a estabelecer, da mesma forma que no plano mundial, as bases para uma coexistência pacífica com o primeiro Estado Socialista do Continente.

Desse ponto de vista, a renúncia de Nixon representou aparentemente um fortalecimento da tradição liberal-democrática dos Estados Unidos, uma barreira ao avanço das forças mais reacionárias internas no sentido de pelo menos limitar as liberdades democráticas há 200 anos conquistadas pela Revolução Americana.

Outras questões, entretanto, influíram nesse processo que levou à destituição da prática do Presidente americano e à nomeação de Ford. Não se pode ignorar que em determinado momento interesses os mais divergentes conflituaram para o mesmo objetivo. Assim

é que, no plano de pura política interna, democratas e republicanos — por motivos iguais e opostos — se uniram contra Nixon. Os primeiros para derrotar o rival eleitoral, abalar as bases políticas republicanas e assegurar o retorno ao poder nas eleições presidenciais de 1976. Os segundos, para se libertar de uma carga incômoda, cuja presença na Casa Branca até o final do mandato levaria o partido à derrota certa em todos os pleitos, legislativos e presidenciais.

Juntaram-se também, nessa conspiração, os adversários da política externa de Nixon, os fabricantes de armamentos descontentes com o fim imposto à presença americana no Vietnã e com o espírito das conversações de Moscou e Washington entre os líderes das duas grandes potências. A possibilidade do avanço da coexistência pacífica e, com isso, da progressiva conquista de novos passos em direção à paz mundial e ao desarmamento geral, não satisfaz as ambições e projetos dos círculos mais agressivos do imperialismo norte-americano.

Esses fatores todos, somados a outro, pernicioso e cada vez mais grave o da crise do sistema, derrubaram Nixon. Mas não eliminaram essa última e principal causa, que se reflete a cada dia mais na vida interna norte-americana. A sociedade norte-americana é hoje uma sociedade em crise; que enfrenta o problema de uma juventude cada vez mais descontente com os frutos e as perspectivas que têm pela frente, incapaz de solucionar o problema racial, em outras palavras de democratizar no real sentido a vida nacional. Uma sociedade às voltas com problemas econômicos cada vez mais sérios — a inflação e o desemprego — e vivendo a contradição permanente da paz e da guerra.

Esses problemas, com ou sem Nixon, os Estados Unidos continuarão a ter pela frente. O novo presidente Gerald Ford pediu a conciliação nacional para enfrentar as questões internas mais graves: a primeira delas a infla-

ção, que segundo os especialistas poderá chegar a 20% este ano, o que será catastrófico para a economia nacional. E o fará, tudo indica, tendo em vista sua próxima candidatura à Presidência.

No plano externo, ao manter Kissinger deu a entender que não mudará a política de seu antecessor. Os passos dados e as conquistas já alcançadas pela humanidade no terreno da consolidação da coexistência pacífica certamente não o permitirão.

Golpistas em ação: Portugal

Os golpistas finalmente vieram à tona em Portugal. Anunciou-se a existência de um manifesto assinado por um grupo de generais e outros oficiais, que reclamavam do Presidente Antonio Spínola ter chegado o momento de ele assumir suas funções presidenciais em toda a plenitude com o objetivo de colocar um fim à desordem.

Encabeçava a lista dos generais que firmaram o memorial, o conhecido fascista Kaulza de Arriaga, defensor da manutenção dos territórios africanos, mesmo através das guerras coloniais, e um dos chefes militares preferidos dos salazaristas.

As intenções golpistas não estão alheias os norte-americanos e outros círculos ocidentais, particularmente preocupados com o destino das colônias africanas, onde têm grandes interesses econômicos, e da própria Metrópole. O avanço das forças populares assustou-os, assim como o processo de democratização. Tanto é que foram muitas sugestões no sentido de "anteciparem-se" as eleições marcadas para abril do ano que vem, a pretexto de que se isso não ocorrer os comunistas e socialistas poderiam ser os grandes triunfadores.

O plano golpista, desvendado com a notícia do manifesto dos generais, tem como objetivo restaurar a velha situação em Portugal e manter ainda o regime colonial que tem sido nefasto para o país irmão, tanto em vidas humanas que se perderam na vergonhosa guerra colonial como nos prejuízos à economia do país.

Os portugueses, que fizeram o movimento de libertação do fascismo e empreenderam o caminho da construção de uma sociedade democrática através da aliança entre as forças populares e o Movimento das Forças Armadas, conhecem seus inimigos e os objetivos que eles se propõem. E sabe que só os alcançará se romperem a unidade das forças antifascistas.

O Fracasso da Ditadura Grega

As cartas foram jogadas sobre a mesa abertamente, na questão cipriota. Do golpe de estado ao apoio à intervenção turca a manobra da CIA e do Departamento do Estado ficou clara. Os objetivos eram romper a situação existente na ilha, assassinar o Arcebispo Makarios e, com um novo Governo — no primeiro momento ligado aos coronéis de Atenas e, no segundo, através da patilha de Chipre imposta pelas conquistas turcas — tirar os cipriotas do neutralismo e ligá-los à política da OTAN no Mediterrâneo.

A manobra falhou quando Makarios sobreviveu. O golpe dos direitistas gregos cipriotas não conseguiu resistir à primeira invasão turca e, com a queda de Sampson, o chefe direitista da conspiração, o regime ditatorial de Atenas também não resistiu. Caiu. A segunda fase do conflito em Chipre também não definiu a situação. Americanos e ingleses, aparentemente sócios, estão em dificuldades para encontrar uma saída.

Os turcos insistem em dividir a ilha. Os gregos, que já saíram da OTAN e estão atravessando uma situação interna de franco avanço das forças democráticas, resistem às pressões de Washington para ceder. Em outras palavras, mister Kissinger, como diz o jornal francês LE MONDE, jogou de aprendiz de feiticeiro e depois não soube como controlar as forças que desencadeou.

Para os analistas mais bem informados sobre a situação no Mediterrâneo, a ferida aberta na OTAN na região dificilmente será fechada. E a paz na região, para ser restabelecida, deverá ter como premissa o reconhecimento da soberania e da independência de Chipre, o que implica no direito dos cipriotas de escolherem, sem interferências de terceiros, o caminho para solucionar o conflito entre as duas comunidades na ilha. Primeira condição para isso, o reconhecimento de Makarios como o legítimo governante da ilha e o respeito ao seu retorno à chefia do Estado e do Governo.

Nossa Tarefa Fundamental Agora é a Preparação do VII MÊS NACIONAL DE FINANÇAS

No próximo número voltaremos a publicar a seção EDUCAÇÃO

O que acontece no campo brasileiro

WILSON SILVA

Há mais de 10 anos que a ditadura fascista vem anunciando a reforma agrária. Criou diversos órgãos e instrumentos legais para sua execução: o IBRA, o INDA, o Ato Institucional nº 9 que alterou o artigo 127 da Constituição, a Carta de Brasília, o GERA, o PROTERRA e o INCRA. So mudanças de siglas. Terra para os camponeses, nada. Do plano de entrega de terra a 10 milhões de famílias camponesas sem terra até 1974, só 4.667 famílias foram estabelecidas às margens da estrada, nos núcleos de Marabá, Alamira e Itaituba, no Amazonas. E ninguém recebeu escritura como proprietário. Logo serão despejadas pelos grandes grupos econômicos que lá se instalaram e dominam toda área. Terão a sorte dos antigos proprietários pequenos. Um exemplo: As 8.500 famílias que residem nas 1.600 casas que formam o bairro de Jurunas em Belém, foram surpreendidas com a ordem de desocuparem a área, dada por dois empresários que alegam tê-la comprado da empresa de comunicações Radional.

O objetivo da ditadura é levar camponeses enganados para o Amazonas para desmatar a floresta e facilitar a entrada de grandes empresários, que compram enormes áreas e, depois, transformar esses camponeses em assalariados agrícolas para fornecer mão-de-obra barata a esses latifundiários modernos.

A ditadura diz no início que a reforma agrária, através da colonização, teria sentido social. Isto é, dar terras a pequenos e médios camponeses. Agora o governo diz que esse tipo de colonização não deu resultado porque os camponeses «...são colonos pobres, mal alimentados, sem educação para a prática agrícola, sem iniciativa e com pouco apoio, devendo ser substituídos por um empresário moderno, que além de dispor de tudo que falta ao colono, possui capital acumulado» — O Estado de São Paulo, 23-6-74.

A «Colonização Social», foi substituída pela «Colonização Particular»: a entrega das terras do Amazonas aos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Para os tais «médios empresários», serão vendidas áreas de 3 mil ha. E para os grandes empresários, áreas que vão de 3 mil a mais de um milhão de hectares. O INCRA já selecionou 430 empresários e vendeu áreas de 3 mil ha, a cada um. (60% deles são de São Paulo). A «Secretaria do Planejamento da Presidência da República» anunciou, em maio, que o Plano de grandes propriedades será executado na Transamazônica e já estão sendo implantadas 368 grandes fazendas, com média de 34 mil ha, cada uma, com recursos dos incentivos fiscais, «...no centro do sul do Pará (e incluindo portanto a área da Transamazônica) e uma área do norte do Mato Grosso, onde serão instaladas as grandes empresas agropecuárias... Também aí estão as mais importantes e maiores ocorrências minerais da região: o ferro da Serra dos Carajás e do rio Fresco, o cobre do rio Xingú, a bauxita de Paragominas, a cassiterita e o ouro de Tapajós e o sal gemma de Aveiro, todas no Pará» — (O Estado de São Paulo, 23-6-74).

O objetivo da Colonização Particular, além de entregar as terras virgens do Amazonas aos trustes estrangeiros, reside em dar-lhes também as maiores e melhores jazidas de minérios do Brasil. Esses trustes não respeitam nada na região. A «Sociedade Melhoramentos e Colonização» — Somcco — empresa paulista,

se diz proprietária de uma área que ocupa todo o município matogrossense de Ivinhema. «A Prefeitura não dispõe sequer de um metro quadrado da área urbana da cidade, onde tudo, até o cemitério é controlado pela Somcco... que cobra até as taxas de melhoramentos das ruas e estradas do município... O Prefeito queixou-se às autoridades militares e já enviou relatório ao Serviço Nacional de Informações. Nada, no entanto, foi feito para



corrigir esta distorção» — (O Estado de São Paulo 20-6-74). Outra notícia desse mesmo jornal, do dia 17-1-74, diz que o grileiro Manoel Pedro de Oliveira e a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat), outra grileira, estão em luta por uma área devoluta de dois milhões de hectares, no município de Aripuaná «...o maior seringa do mundo», diz a notícia. E 180 grileiros falsificaram documentos e venderam ilegalmente áreas de mais de mil quilômetros quadrados — correspondente ao Estado da Guazabara — nos municípios de Chapada dos Guimarães e Aripuaná, em Mato Grosso, publica o Jornal do Brasil, de 4-1-73. No ano passado, o governo de Mato Grosso vendeu dois milhões de hectares a centenas de pequenos e médios camponeses. Este ano mandou a polícia militar despejá-los e vendeu de novo essas terras à Colonização, Comércio e Indústria Ltda. — Colniza — que ficou com 403 mil hectares; à Rendaniil — Empreendimentos S. A. (um milhão de ha.); ao Grupo João Carlos Neirelles (200 mil ha.) e à Indeco S. A. — Integração, Desenvolvimento e Colonização 400 mil ha.)

O que a ditadura vem fazendo é uma nova distribuição de terras aos monopólios capitalistas e aos latifundiários, os quais estão devastando nossas florestas, trazendo grandes prejuízos e sérias consequências. Inclusive para o ambiente ecológico, «...a destruição nos últimos 10 anos — das melhores florestas — diz o Estado de São Paulo, de 23-6-74 — ...foi maior do que nos três séculos anteriores». Por outro lado, o despejo e assasiniatos de camponeses que deleatam suas terras, aumentam dia a dia.

Mas a expulsão dos camponeses de suas terras não está ocorrendo sem

lutas. As massas do campo, atacadas reagem, o que vêm preocupando essas empresas que recorrem à ditadura para defendê-las. O jornal O Estado de São Paulo, de 12-7-74, diz que «...o governo está preocupado com a multiplicidade desses incidentes, especialmente em áreas onde se desenvolvem grandes projetos agropecuários em regiões do Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás. Muitas empresas, que atuam nessas regiões e estão envolvidas nos conflitos, são beneficiadas com incentivos fiscais da SUDAM».

No dia 15 deste mês, o governo reuniu todo o Ministério para tratar desse assunto. «A reunião foi sigilosa e o Ministro Armando Falcão recusou-se a fornecer, inclusive, o nome dos participantes».

As medidas tomadas nessa reunião são para aumentar a repressão contra as massas camponesas que lutam em defesa de suas terras e contra os despejos.

Enquanto a ditadura procede dessa maneira, o general Geisel disse ao Presidente da CONTAG, José Francisco quando este entregou-lhe um Memorial com as reivindicações dos 10 milhões de famílias camponesas sem terra no qual constava a reforma agrária como principal exigência) que a «reforma agrária, não pode ser feita num passo de mágica». E o Ministro da Agricultura também disse que a «...aplicação da reforma agrária não pode ser implantada da noite para o dia». Estas são as respostas do regime fascista, depois de passarem 10 anos anunciando, por toda parte que sua reforma agrária daria terra aos camponeses.

A colonização agrária promovida pela ditadura exprime, com exatidão, o conteúdo de classe do regime, a ligação do grande capital industrial, bancário e comercial com o capital agrário, em aliança com o imperialismo. O processo de territorialização da burguesia chega ao auge, o que indica, que a política agrária da ditadura fascista é essencialmente capitalista e se realiza pelo denominado caminho Prussiano, fortalecendo a grande propriedade agrária latifundiária capitalista e aburguesando os latifundiários atrasados.

Para manter esse tipo de política agrária em benefício das grandes propriedades agrícolas, a ditadura descarregou toda sua força repressiva contra as massas camponesas. Mas, mesmo com toda essa violência, o fascismo não consegue abater o ânimo do camponês. Ao contrário. Aumenta sua disposição de luta, como o demonstram o fortalecimento de sua organização sindical rural e suas ações contra seus exploradores e perseguidores, inclusive os choques armados contra os grileiros». Isto está preocupando a ditadura, que já passou a tomar novas medidas para aumentar a repressão ao campo. Mas por outro lado, esta situação abre boas perspectivas para que nos o Partido aumente seu trabalho no campo, levando sua orientação a respeito do problema agrário e camponês, contida na linha Política do VI Congresso, que a vida tem demonstrado ser justa e correta.